

MÍDIA, VIOLÊNCIA E DEMOCRACIA: pelo direito humano à informação cidadã.

Mestranda Katherine Lages Contasti¹
Orientadora: Eliany Alvarenga de Araújo²
Universidade Federal da Paraíba-UFPB

1. Introdução

Um dos aspectos que caracterizam a segunda metade do século XX é a implantação de uma rede planetária de telecomunicações e de informações. Segundo a tendência mundial de globalização, uma grande parte da população do planeta recebe diariamente notícias de outras sociedades, e essa noção do global, ainda que incipiente e caricata, passa a ser incorporada à cultura. Por outra parte, milhões de indivíduos que se integram em redes de informática se correspondem, criando, assim, uma nova noção de integração e comunicabilidade.

Uma das questões que se levanta é o mito da democratização, no entanto, a verdade é que o acúmulo de conhecimento em algumas áreas científicas, tecnológicas e de interesse dos cidadãos não está acessível, deixando em total desinformação parcelas majoritárias da população. Por sua vez, temas de caráter público chegam ao conhecimento dessa população, privatizados pelos interesses dos meios de comunicação e dos financiadores, quando não são espetacularizados pela tendência ontológica da mídia de transformar o que for possível em entretenimento, novidade e sensação. No caso específico da violência, a ser tratado aqui, o processo de produção da informação, por um lado, não reflete a realidade e a intensidade dos eventos que deveria recobrir; por outro, adequa-se à concepção dominante de violência e de sujeitos violentos que a sociedade hegemonicamente retém em seu imaginário.

O que trataremos nesse trabalho, além dessa abordagem é o suposto acesso à cidadania, ao direito humano de ser informado, já que constrói desinformação e sentidos violentos.

¹ A autora é bacharela em Direito, especialista em Direito Público pela ESMEPI/UFPI, mestranda em Ciência da Informação pela UFPB. Professora e pesquisadora. Coordenadora de Extensão na Faculdade de Integração do Sertão – FIS.

² É mestre em Ciência da Informação pela UFPB, Doutora na mesma área pela UNB. Professora titular do mestrado em CI e coordena grupo de pesquisa em Informação, ética e sociabilidade, além de integrar grupos de pesquisa na UFMG.

2. Da informação midiática: a pretexto de um repensar.

A informação assume a forma e a importância que lhe é dada pela sociedade e no que tange a violência, percebe-se que o grupo social mais vitimizado é aquele socialmente excluído da festa do consumo, desprovido dos símbolos que caracterizam o “cidadão de bem”, revestido pelos signos da pobreza. Para estes, a sociedade não se importa em esclarecer a morte, porque no imaginário social essas mortes representam uma espécie de “limpeza” e de solução para o problema da violência do país.

Assim, a “culpa” socialmente construída e atribuída a esta parcela da sociedade, que passa a preencher a função de bode expiatório, impede que esta mesma sociedade tome conhecimento e responsabilize outros membros, de estratos sociais mais privilegiados, envolvidos em seus processos de criminalidade. Ao gerar informações sobre violência, a mídia reproduz, de certo modo, o processo de transmissão dessas informações efetuado pelos órgãos oficiais do governo, onde o sentido dos diversos tipos de violência que ocorrem na sociedade e, principalmente da violência estrutural, é desfeito ou desrealizado, conforme trata Sodré (1992). Para Vargas (2004, p. 22)

La lectura que los medios hacen de sí mismos como agentes neutrales de la sociedad, es decir, como sujetos sociales cuya agenda no es otra que “decir la verdad”, muchas veces resulta ser en realidad una bandera mercadotécnica que, como tal, funciona para conquistar auditorios y, así, ganar rentabilidad. Desde una mirada seria, es insostenible un argumento que defiende que un agente social que produce dinero construyendo noticias pueda estar, de manera alguna, al margen de la compleja urdimbre de intereses políticos, sociales y económicos propios de cualquier conglomerado moderno. El delito, la violencia y el temor son fenómenos cuya rentabilidad mediática está probada.

Do ponto de vista da mídia, a maioria das informações sobre violência é acolhida acriticamente, como tema de notícias e matérias curiosas, de disfunção social, cotidianamente transformada em relatos jornalísticos sensacionalistas, por suas características potencialmente dramáticas e aterrorizantes. Ela é transmitida dentro de uma ótica de informação espetáculo. A imprensa escrita, sobretudo aquela que, segundo o dito popular, “se espremer sai sangue”, utiliza-se da exclusão social para dissecar os corpos, compondo histórias, mostrando o insólito e o monstruoso, seja dos autores, seja das vítimas da violência.

Na prática, contudo, percebe-se que se organizam como estruturas fortemente burocratizadas, submersas em uma rotina arcaica e culturalmente autoritária, em que a tarefa de informar é deslocada de sua função social, não sendo considerada importante em sua maioria. A esse respeito Sodré (1992) refere-se, citando Maffesoli, ao identificar a existência de um tipo de violência invisível, que é a violência institucional, ou seja, a violência dos órgãos burocráticos, dos estados e do serviço público. Trata-se de instituições cuja cultura informacional constitui-se, ela mesma, numa prática violenta, à medida que esvazia o sentido e o significado da informação, não contribuindo para qualquer mudança social, produzindo a (des)informação sobre violência .

3. Violência, medo e Informação: a pseudo cidadania

Noticiar é modelar um fato, é uma ação que vai delinear o acontecimento de um relato, não em uma transformação das conseqüências precisamente que se relata nos meios de comunicação, mas em detrimento aos efeitos, se constrói realidades e a certa medida, segurança e inseguranças. Os padrões éticos estabelecidos socialmente, que estabelecem o certo e o errado na formação dos seres sociais se encontram abalados pela versão neoliberal do individualismo e do sucesso a qualquer custo. Nada é novo, o que existe é uma reedição de relações de poder e de força que ganha nova visibilidade, poderes esses legalmente instituídos ou poderes paralelos.

Quem esclarece com extrema propriedade a natureza implosiva das massas é Jean Baudrillard (2004), por diversas vezes estabelece que a informação tem um propósito, o de filtrar um sentido, manter as massas sob o seu imperativo de produção, refletindo as necessidades dessa massa, que por sua vez rejeita a dialética do sentido, reduzindo a sua busca ao simplificado, hegemônico a partir da fascinação pelo espetacular. A criminalidade, bem como as desigualdades sociais, a pobreza, a ausência de garantias e direitos dos cidadãos por parte do acesso colocado pelo Estado, por exemplo, são faces de uma mesma moeda. A sua exposição articulada gera o fenômeno da vitimização generalizada,

ou seja, a partir do discurso, dos mecanismos de exposição se constrói um sentimento homogêneo: o medo.

Para ser pensada, a violência deve ser contextualizada a partir da política, da economia, cultura, território, é uma realidade que se constrói historicamente, sobretudo, como ela se constitui na nossa realidade. No entanto, o medo social se estabelece como instrumento de coerção, alterando profundamente o tecido social, principalmente pelo que se opõe à impunidade. Segundo Luzia Baiert (2004, p.23 e ss), a violência acaba por configurar novas técnicas de informação, a “mais-valia” da violência impune, como bem nomeou Nilo Batista, gerando a informação como vendável, além da reavaliação de questões como, lícito e ilícito, legal ou ilegal, legítimo ou ilegítimo. Em consequência direta, nascem novas reações a este(s) sentido(s), no que tange a realidade e o imaginário

O que se constrói é a percepção do perigo, ou seja, uma ponderação abstrata precisa como um cálculo, de que lhe sobrecaia algum dano. A insegurança não abarca um estado das coisas, mas a distribuição das tendências delituosas, por exemplo, senão a uma variável inteiramente subjetiva que assinala uma apreciação simbólica do estado em que as pessoas credulam acerca do estado das coisas, de maneira que a constatação da experiência indireta de vitimização pesa muito mais na construção do medo, do que haver sofrido em sua própria pele um evento desta natureza constitui o argumento mais importante, funcionando como controle social.

Assim, socializa-se um modo de ver e de interpretar o fenômeno, que distorce a realidade, hipertrofia os fatos através da espetacularização da notícia e da estética das imagens, desvia o foco da atenção para o perigo imaginário que se restringe e localiza em certos tipos de sujeitos e nas camadas e espaços sociais menos favorecidos. A colocação da segurança como um produto, acaba por corroborar idéias medievais de punição, e deixa na marginalidade, os ideais iluministas de reconstrução dos indivíduos desviantes. A partir de mecanismos de reinserção, de respeito à dignidade da pessoa humana, ao respeito e às garantias do devido processo legal, bem como, do respeito às vítimas e a adequação do

“acerto de contas” entre o dano, a danada e o danador. Para Yves Michauld (1989, p.11):

Há violência quando, numa situação de interação um ou vários autores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas, em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas ou culturais.

O medo é colocado como movimento democrático, a partir do reclame popular por segurança, por justiça, contudo, não se observa que acaba por construir a segurança como um produto e o cidadão como cliente, funcionando como limitação ao processo democrático, a polícia que mata é a que defende o cidadão da ineficácia que a justiça institucional produz. A iniquidade sistemática gera sujeitos violentos em seus desejos e atos, de maneira que a violência se coloca como eficácia, através de uma política policial dura, a partir do discurso articulador do imaginário de cidadania e direitos.

O filósofo Giorgio Agambem traz a figura da “vida nua”, ou seja, a vida pode ser disposta e morta, porém, não carrega dignidade para ser sacrificada, aquela vida que pode ser descartada, pois foi empurrada para fora dos limites do contrato social e com a humanidade.

Mídia, informação e estado se retroalimentam em um círculo que determina o desvio, o desviado e o castigo, de maneira que linguagem, comunicação e poder constroem a representação dos demônios populares através de um processo de socialização de significados, gerando legitimação, coesão social, frente à maneira que a informação propõe a percepção da coletividade no tocante a segurança ou insegurança. Esta proposta de interpretação sobre o controle social nos lembra como opera o discurso penal, e que por sua vez, encontra nas informações o canal mais significativo para sua reprodução.

Os meios funcionam como intérpretes que traduzem o desvio e o desviado, em atenção aos fins discursivos do Estado como castigador, legitimando-o. Como bem retrata Michel Foucault, o crime e a punição como espetáculo historicamente dramatizou a operação do poder, seus aparatos e efeitos no corpo do condenado. A punição estava sob os olhos da comunidade,

espetacularizada, era, entretenimento e autodisciplinamento, um lembrete do poderio estatal que paulatinamente passou ao interior das prisões, controlada. Com a exarcebção dos veículos de comunicação, a informação acaba por suprir esse silêncio imposto pelo Estado, realizando as funções esquecidas de disciplinamento e suplício. Nas palavras de Adorno (1999,p.83)

Desenvolvem-se esforços reiterados no sentido de controlar ambientes, coisas e pessoas, e diante da existência de inimigos reais (os operários, os partidos radicais, os e intelectuais de *avant-guard*) ou difusos (a pobreza, a doença, a loucura, a criminalidade, a prostituição, a criança abandonada),fomenta-se uma cultura obcecada pela necessidade de refrear impulsos e exercer controle sobre tudo.

Dario Melossi (1992, p.164) propõe uma discussão avançada a respeito de descentralização, difusão e desinstitucionalização das formas de controle social característica de uma sociedade de massa no capitalismo democrático, para ele,

Estas formas caminan sobre la construcción colectiva de significados producidos mediante el discurso (...)El control social se encuentra en el universo de significados generales de una sociedad. Todo esto es posible porque existe un lenguaje común y es en su aprendizaje y práctica, es decir, en la comunicación, donde está la integración social.La comunicación es un “principio de organización social, el próprio lenguaje es una forma de controle social.

Desse modo, o discurso se coloca como base de etiquetamento, de construção manipulada que faz a sociedade como um grande cenário onde há condutas castigáveis e condutas que merecem elogios. Para essa construção consideram-se as motivações das elites que modelam esse discurso.

4. Conclusão: o viés da cidadania

A construção de uma sociedade menos violenta e mais democrática implica a participação de todos os seus setores e segmentos, uma maior consciência dos seus agentes sociais e ações solidárias, tanto no nível individual quanto institucional. Nesse sentido, a informação assume grande importância quando surge como um direito da sociedade e não como um produto de uso privado de instituições, sejam elas científicas, burocráticas, administrativas ou de comunicação. Ela também tem o potencial de mediar os processos de conscientização de direitos, integra os setores segmentados da sociedade,

sobretudo através das redes que hoje se formam visando à cidadania, em contraposição ao uso apenas mercadológico.

Pelo que se constata a partir da presente análise, a informação sobre violência no país é desqualificada, conseqüência do preconceito exercido pelas instituições públicas, cuja cultura legitima e autoriza um controle sobre as informações. O serviço que essas instituições deveriam prestar aos usuários (o público) passa a ser uma tarefa mal realizada e sem nenhum critério de qualidade, uma vez que as informações são tratadas como instrumentos de domínio privado e não como uma prestação de serviços à sociedade, o que justificaria o papel público dessas instituições.

Colocam-se em questão os limites e as responsabilidades dos agentes institucionais, restritos ao cumprimento mínimo e mecanizado de seus deveres profissionais, sem vislumbrarem e sem se comprometerem com o significativo crescimento da violência e suas conseqüências, o que os tornam também responsáveis pela desqualificação da informação. Isto se expressa paralelamente à atuação truculenta da polícia, que atira antes de prender para investigar a culpabilidade.

A necessidade de melhorar a qualidade da informação não deve ser entendida apenas do ponto de vista técnico, mas sim como uma possibilidade de capacitar a sociedade a tomar decisões coerentes com os seus problemas, com vistas ao avanço da cidadania e da qualidade de vida. Além do quê, os meios podem e devem contribuir para a formação desse regime através de sua função social, que é a de coadjuvante do processo de acerto de contas, a vigilância sistemática que o cidadão, pessoalmente, não pode manter sobre seus governantes, fortalecendo e consolidando a democracia.

A cultura democrática, principalmente em resposta a tudo o que passamos de opressão, acaba por construir no discurso libertário a expressão como símbolo, a comunicação, de maneira que não há dependência entre os meios e o Estado, este propicia e protege a liberdade. O mercado de mídias informativas se expande com muita velocidade, estar informado, expressa o nível intelectual e de inserção na sociedade, expressa o seu grau de conhecimento. Para Araújo, Garcia (et. al.,2006, p.337) ao trazer a abordagem de Meadons e Yuan, para quem o impacto da informação se dá num ponto

em comum entre receptor e usuário de informação, em três configurações: a) A informação gera conhecimento, de maneira que configura o impacto já que esse saber condiciona um novo comportamento (a partir da decisão) do receptor/usuário; b) Mudança na forma em que o receptor/usuário se comporta no momento da busca e resultado da informação; c) Mudança na organização ou social em detrimento do acesso/uso da informação. Dessa maneira a vértice da ética atravessa todo o processo, carecendo de olhares múltiplos através dos jornais escritos.

O discurso é que o “povo precisa saber”, no entanto, em sua maioria não há preocupação com a força dos sentidos que se constroem. A exposição da violência, e das partes envolvidas (autor e vítima), pela maneira que se coloca, num mesmo patamar, qual seja vender notícia ou não, o espetacular, a construção do medo, vende. Podemos observar facilmente que os crimes de “colarinho branco” são menos chamativos, a barbárie, o crime comum, é que prende a atenção do leitor, normalmente a linguagem utilizada também é muito mais acessível.

Os crimes de “colarinho branco” deixam inúmeras pessoas sem acesso à saúde de qualidade, sem educação, sem saneamento básico, sem segurança cidadã, etc. Isso também é violência, contudo, percebam que dualidade, o discurso não constrói como violência, mas como retrato da politicagem brasileira e que vai acabar em “pizza”. Ora, se não podemos prender, enxotar, agredir, ter justiça nesses casos, no que iremos nos focar? Nos criminosos comuns, que ameaçam mais sensivelmente os sentidos de segurança e justiça.

A comunicação que possibilita à informação patenteada pela ética deve ter nesta, precisão, garantia que os direitos do receptor estão sendo garantidos. Como já disse Araújo (1999, p.155) “[...] o acesso à informações distorcidas dificultam o exercício pleno da cidadania”, ou seja, o papel fundamental do transmissor é permitir uma discussão cidadã, construindo opiniões críticas e não opiniões construídas, senso comum, acriticidade. A informação estatística oriundo das instituições, são carentes de realidade, para averiguar violência é importante dados, mas sabe-se que uma ínfima parcela chega à constituição destes, em detrimento da própria violência, por isso fomos buscar em Ramos e Paiva (2005, p.39) essa análise do caminho jornalístico:

A cobertura ainda é altamente dependente das fontes policiais, é extremamente factual, motivada por histórias individuais, pouco contextualizadas, com baixa presença de opiniões divergente e pouquíssima dados.[...] As notícias sobre as forças de segurança, ainda que sejam muito expressivas em volume, carecem de elementos que permitam uma reflexão mais profunda e, via de regra não traz indicações,

para a sociedade e para os governos, dos pontos nevrálgicos a serem enfrentados [...].

A informação, revelada pela comunicação deve promover à cidadania através da responsabilidade social, então, construir medo, insegurança e deturpar soluções com a legitimação de violência policial, para conter a violência, não somente é desqualificar suas funções, mas corrompe todo o processo democrático, deixa de gerar apelos fundados e eficazes na resolução de problemas pela sociedade.

Referências

ADORNO, Theodor. Mensagens numa garrafa. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, Sociedade e Cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (Ong's) brasileiras. *In* Ciência da Informação. v.29, n.2, mai-ago. Brasília, 1999.

_____; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; et al. Periódico eletrônico Informação e Sociedade: Estudos-impactos no contexto da comunicação científica. *In* Perspectivas em Ciência da Informação. v.11, n.3 set-dez. Belo Horizonte, 2006.

BAIERL, Luzia Fátima. Medo Social: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BAUDRILLARD, Jean. À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas. Trad. Suely Bastos. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MELOSSI, Dario. El Estado del control social. México: Siglo XXI, 1992.

MICHAUD, Yves. A violência. São Paulo: Ática, 1989.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. Mídia e Violência: como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. Relatório preliminar de pesquisa. Rio de Janeiro: CESeC, 2005.

SODRÉ, Muniz. Social Irradiado: Violência Urbana, Neogrotesco e Mídia. São Paulo: Cortez, 1992.

VARGAS, Ernesto López Portillo. Medios Y Seguridad: reflexiones sobre la construcción de realidades *In* VARGAS, E.L.P (org.); KLAHR, Lara (org.) Medios Y Violencia: Seguridad pública, noticias y construcción del miedo. México: Instituto para la Seguridad y la Democracia, AC/Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2004.